

Resenhas

SOUZA, Maximiliano Loiola Ponte de (org.). 2013. *Processos de alcoolização indígena no Brasil: perspectivas plurais.*
Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 252 p.
Coleção Saúde dos Povos Indígenas).

João Roberto Bort Júnior
(SEE/SP)

O consumo de bebidas alcoólicas entre indígenas é um fenômeno expressivo; notável, por exemplo, entre os Yanomami do estado de Roraima. No contexto etnográfico do Oeste de Roraima, no qual o autor da resenha realizou pesquisa de campo, a bebida alcoólica foi apontada por missionários católicos como um sério problema que traz prejuízos à vida nativa. O aumento de conflitos e a suposta perda do interesse pelas tradições culturais decorrentes de novos “hábitos culturais”, incluindo o consumo de bebidas alcoólicas, seriam exemplos. A missionária, responsável pela Casa do Índio (CASAI) em 2011, organismo localizado em Boa Vista/RR que trata da saúde indígena, reforçava a ideia de que o álcool seria um dos principais fatores a serem enfrentados na tentativa de resguardar a cultura nativa. Percebe-se que o álcool tem sido tratado enquanto questão de saúde, pois seu consumo na região parece ser compreendido enquanto causa de dependência da substância, sendo a CASAI o destino dos embebedados.

Efeitos negativos decorrentes do uso do álcool não são uma particularidade do contexto yanomami, mas se ligam a outros contextos, como os observados pelos autores de *Processos de alcoolização indígena no Brasil*. A obra apresenta distintas perspectivas disciplinares acerca de contextos nos quais índios bebem alcoólicos. O álcool é um problema a ser pensado e enfrentado, inclusive pelos próprios indígenas, embora venha sendo tratado majoritariamente na perspectiva da saúde. No entanto, somente o olhar da área da saúde parece insuficiente, sendo necessário um diálogo com outros olhares disciplinares, o que parece apresentar-se na obra. Os autores são antropólogos, psicólogos e especialistas em saúde coletiva.

Segundo a apresentação do livro, existe um descompasso entre o problema, cuja importância em nada é insignificante, já que assola a população indígena em geral, e a atenção conferida a ele. Há uma pequena produção

bibliográfica acerca do tema da bebida alcoólica entre indígenas: segundo o organizador da obra, entre 2007 e 2011, dos 58 artigos publicados apenas um (1,7%) tratava da questão.

O fenômeno do consumo de substâncias alcoólicas tem sido compreendido na maior parte da bibliografia a partir da noção de “alcoolismo”, cuja gênese deu-se no campo biomédico. No entanto, os autores apontam que a categoria “alcoolismo” parece insuficiente frente à complexidade dos contextos pesquisados, sendo necessário mobilizar outros referenciais teórico-conceituais que permitam outras compreensões sobre o fenômeno. Esse apontamento epistemológico – que não é novo, já que o conceito sofreu flexões históricas no cenário biomédico e foi lido criticamente por José Manoel Bertolote (em artigo publicado em 1997, intitulado “Conceitos em alcoolismo”), segundo apresentação do organizador – é o que parece ser o mais instigante na obra.

O conceito de “alcoolismo” teria sido proposto, em 1849, por Magnus Huss, interessado nas consequências da bebida para o sistema biológico do indivíduo. Em 1931, devido a influências do *Royal College of Physicians*, de Londres, o alcoolismo passou a ser entendido como doença mental. A Organização Mundial da Saúde (OMS) que aceitara, em 1948, o alcoolismo enquanto doença mental, em 1977, pretere-o e passa a preferir a noção “dependência do álcool”. Apesar desse trajeto que culminou com o abandono do conceito de alcoolismo na classificação internacional das doenças, por conta de sua imprecisão e preconceito inerente, o organizador afirma que seu uso é frequente em trabalhos nacionais sobre o álcool entre indígenas. Por isso, os autores da obra reposicionam conceitualmente a problemática do álcool entre índios e visam construir conceitos capazes de viabilizarem uma compreensão da multiplicidade das dimensões, diríamos sentidos, que o ato de beber envolve e que não se encerra apenas em aspectos negativos. Segundo o organizador é preciso ir além dos aspectos problemáticos de seu consumo e compreender como se dá a inserção do álcool, cultural e historicamente.

“Alcoolismo”, termo mormente adotado nas perspectivas biomédicas, focaliza os aspectos negativos do consumo do álcool, naturalizando o álcool enquanto elemento patológico. Esse tipo de perspectiva biomédica universaliza a concepção do álcool enquanto substância patológica, dando enfoque ao indivíduo e a um processo exclusivamente biológico e tomando o álcool como causador da dependência, como afirma Esther Jean Langdon em seu capítulo “O Abuso de Álcool entre os Povos Indígenas no Brasil: uma avaliação comparativa”. Por isso mesmo, os autores priorizam a noção de “alcoholização”, conceito apresentado por Eduardo L. Menéndez (1982), que apreende

o conjunto de funções e consequências positivas e negativas que cumpre a ingestão de álcool para conjuntos sociais estratificados e não apenas o estudo dos alcóolicos dependentes, nem os excessivos, nem os moderados, nem os abstêmios, mas sim o processo que inclui a todos e que evita considerar o problema em termos de saúde e/ou enfermidade mental. (“El proceso de alcoholización: revisión crítica de la producción socioantropológica, histórica y biomédica en América Latina”. *Revista Centroamericana de Ciencias de la Salud* 22: 63).

O conceito, então, desnaturaliza a concepção do álcool como substância necessariamente patológica e abre a possibilidade de compreender outros efeitos possíveis do consumo, além de colocar no centro da compreensão não os indivíduos bebedores, mas o coletivo no qual se desenvolvem práticas de beber. O aporte

teórico-conceitual geral da obra centrado no conceito acima, bem delimitado, por sinal, na apresentação do livro, não impede, todavia, que a leitura se torne cansativa, já em certa altura, quando os autores voltam a redefinir o conceito e colocá-lo como parte de suas perspectivas. Será talvez porque o livro tenha sido organizado *a posteriori* da escrita dos capítulos, anteriormente, artigos? Obviamente, este é um detalhe que em nada prejudica seu objetivo primordial, que é o de ajustar as lentes teóricas e metodológicas para lidar com o fenômeno do beber e livrar-se das naturalizações e patologizações em torno da substância. Escreve o organizador da obra:

o conceito de alcoolização traz, de forma clara, a necessidade de contextualizar a prática do consumo de álcool na cultura e na história, e não apenas o uso problemático, buscando, em última instância, apreender o significado cultural atribuído ao consumo e aos circuitos de embebedamento (:22).

Isso quer dizer que o beber não necessariamente é compreendido localmente como doença, nem mesmo como dependência, nem como trazendo consequências maléficas; nem se pretende que os sujeitos se relacionem todos do mesmo modo com a bebida. Como prova, há diferentes padrões de consumo dos Terena de acordo com suas distinções religiosa e sexual. O consumo de álcool entre os homens Terena não são semelhantes ao consumo das mulheres, sendo que para cada 24 homens alcoólatras há uma mulher. Entre os Bororo, dados semelhantes também foram encontrados, segundo Langdon. Os usos do álcool, como preferem os autores, não ocorrem igualmente entre todas as culturas e nem igualmente entre os estratos sociais desses povos. Isso porque os sujeitos, dependendo de sua inserção sociocultural, relacionam-se distintamente com o álcool. Nem sempre compreendido como indesejável, o consumo do álcool entre os povos do Uaçá pode ser compreendido positivamente, conforme o capítulo de Souza e Garnelo. Não é a quantidade ingerida de álcool que ressalta a sua positividade ou negatividade para os indígenas, mas se os contextos das bebedeiras provocam reforço ou ruptura da sociabilidade das famílias. Dito de outro modo, o ato de beber, que parece constituir-se quase como um fenômeno universal, assume sentidos específicos de acordo com as orientações culturais daqueles que se apropriam da bebida. Como os autores lembram, é preciso compreender como, por quê, onde e quando se bebe.

Os padrões de comportamento do embriagado nem sempre são os mesmos, pois a expressão da embriaguez é socialmente construída. Partindo dessa compreensão, a agressão e os conflitos resultantes de sessões de bebedeiras, como aquelas relatadas pelos missionários sobre os Yanomami de Roraima, não são necessariamente efeitos do álcool em si, mas uma resposta socialmente esperada naquele contexto cultural. Não se quer dizer que a violência é propriamente da cultura de um ou outro grupo indígena, mas que em certos contextos culturais é, comparativamente a outros, mais aceitável entre seus bebedores a expressão da força e a vazão dos conflitos. Ainda sobre casos de violência indígena como decorrência da bebida, escreve Menéndez no prefácio:

os homicídios, as agressões intrafamiliares e os acidentes não são consequências necessárias do consumo de álcool, mas sim comportamentos possíveis considerados mais ou menos estimulados e/ou aceitos por diferentes sociedades, realizados por sujeitos específicos.

Sabe-se desde “A expressão obrigatoria dos sentimentos” de Marcel Mauss que as expressões dos sentimentos e do corpo, podemos incluir entre elas também o estado de embriaguez, são socialmente contextualizadas. Se não podemos compreender as relações dos sujeitos com o álcool de modo universal e nem atribuir exclusivamente ao sujeito as razões pelas quais se bebe, também não podemos atribuir apenas a ele as expressões da embriaguez. Há condicionamentos socioculturais nesse processo social de relacionar-se com a bebida alcoólica. A noção de “processo” é fundamental no aporte adotado na obra, pois reforça a construção da relação dos grupos com a bebida. Em vez de “alcoolismo”, prioriza-se na obra a noção de “processo de alcoolização”, pois se entende que foi construída a relação dos povos indígenas com a bebida alcoólica.

A construção dessa relação dependeu do acesso que tiveram a bebidas produzidas originalmente por não-índios, embora fossem desde antes disso produtores das suas, as quais, inclusive, são fundamentais na vida ritual. Nesse sentido, a alcoolização indígena circunscreve-se ao fenômeno histórico-social das interações interétnicas. Não é possível desconsiderar os efeitos dessas interações sobre os modos de vida nativos e, em específico, os efeitos das bebidas alcoólicas. O acesso a bebidas desconhecidas pelos índios anteriormente ao contato produziu consequências nos seus modos tradicionais de beber e nas suas culturas como um todo. A categoria processo de alcoolização permite que se focalize a relação que os povos indígenas travava(ra)m com seu entorno social e a bebedeira como efeitos do contato interétnico. Os efeitos negativos do consumo das bebidas são apontados de um modo geral na obra, resguardando as particularidades de cada capítulo, como decorrência desses contatos. Em “Cauinagens e Bebedeiras: os índios e o álcool na história do Brasil”, por exemplo, Fernandes comprehende o alcoolismo indígena como resultado da desagregação decorrente dessas interações. Já no capítulo “Mansidão de Fogo: aspectos etnopsicológicos do comportamento alcoólico entre os Bororo”, Quiles aponta que as alterações no sistema de vingança Bororo decorrem da introdução do álcool. Souza, Deslandes e Garnelo, em “Modos de Vida e Modos de Beber de Jovens Indígenas em um Contexto de Transformações”, afirmam que as interações interétnicas modificaram o modo juvenil de beber.

Se, por um lado, as bebidas alcoólicas não-índias introduziram transformações nos modos de vida indígenas, por outro, não é possível desconsiderar a capacidade indígena de agir e apropriar-se delas. Vários autores da obra reforçam a agência indígena nos processos de alcoolização. Sabemos bem que os indígenas não são meros expectadores da história e nem passivos nos processos sociais que os assolam, como bem lembra Marshall Sahlins (em seu artigo “O Pessimismo Sentimental e a Experiência Etnográfica”), que não aparece como uma referência explícita dos autores. Há capítulos nos quais a agência indígena fica evidente. Souza e Garnelo apresentam como a cachaça foi integrada ao sistema de generosidade e reciprocidade dos índios do Alto Rio Negro, sistema que rege a circulação de bens. Pena, autor do capítulo “Os Índios Maxakali: a propósito do consumo de bebidas de alto teor alcoólico”, destaca que estes índios se apropriaram culturalmente das bebidas destiladas ao serem pressionados pelo contexto das relações com os brancos.

Todavia, o capítulo de Quiles, supracitado, parece destoar desses últimos. Nele, os Bororo aparecem mais passivos diante do processo de pacificação indígena, no qual as bebidas alcoólicas foram utilizadas como instrumentos de dominação. Como resultado das relações com os não-índios, os Bororo teriam assistido à

modificação da sua cultura, em específico, de seu sistema de vingança. O questionamento persiste: será que os Bororo não teriam elaborado estratégias específicas diante desse processo no qual o álcool transformou a natureza da agressão e teriam renunciado mesmo, como sugere Quiles em seu capítulo (77), “a toda e qualquer agressividade natural, castrando-se simbolicamente, a ponto de ficarem exageradamente passivos e dependentes”? Ou ainda, teriam renunciado mesmo, segundo Quiles na obra (76), “a todo e qualquer ato defensivo, não só das suas terras e da sua cultura, mas das suas próprias personalidades individuais”? O próprio autor aponta, já nas considerações finais do capítulo, que o consumo de bebidas entre os Bororo pode ser compreendido como uma forma de resistência cultural diante da assimetria de poderes do contato. Mas ainda fica incompreendido como teria se dado tal resistência depois do relato de um processo no qual vimos os Bororo “renunciarem”, “adaptarem-se”, “esperarem” e “ficarem na defensiva”. Creio que outros processos analisados em outros capítulos, bem como o renovador aporte conceitual-metodológico da obra, permitem justamente levantar essas últimas indagações acerca da agência bororo frente ao seu processo de alcoolização. O que ocorre é que a obra, enfim, inquieta nossas interpretações sobre o álcool e os contextos indígenas e desconforta olhares naturalizados difundidos socialmente.

Enfim, a coletânea areja ideias ao propor um novo olhar sobre o ato de beber. O sucesso disso deve-se fundamentalmente à proposição do conceito de “processo de alcoolização” como instrumento de análise. É tal instrumental epistêmico que repõe o problema recuperando justamente o que interessa às Ciências Sociais: os aspectos coletivos (sociais e culturais) da prática. Beber deixa de ser apenas um ato individual depois da leitura da obra.

Recebido em: 20/04/2015

Aprovado em: 17/06/2015

João Roberto Bort Júnior é Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Professor de Sociologia da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP).